

MILITÂNCIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

As representações simbólicas sobre membros dos grupos de resistência à ditadura nas notícias sobre o passado militante da presidente Dilma Rousseff

*MILITANCY, SOCIAL IMAGINARY AND JOURNALISTIC NARRATIVES
SYMBOLIC REPRESENTATIONS OF MEMBERS OF RESISTANCE GROUPS TO
DICTATORSHIP IN THE NEWS ABOUT THE MILITANT PAST OF PRESIDENT
DILMA ROUSSEFF*

Gabriella Nunes de Gouvêa e Luiz Gonzaga Motta^a

Resumo O presente artigo analisa a dimensão simbólica do discurso jornalístico veiculado sobre a presidente Dilma Rousseff, por ocasião de sua eleição, na revista *Istoé* e no jornal *O Globo*, tendo a militância política da presidente como ponto estruturante da análise. O objetivo aqui é observar quais representações sociais sobre os militantes que atuaram nos grupos de resistência à ditadura emergem, décadas depois, nas notícias que remontam à participação da presidente eleita nesses mesmos grupos e como ocorre discursivamente a construção de tais representações. Partiu-se da premissa de que, por meio da fixação de modelos, valores e crenças, as notícias estabelecem, reproduzem e recriam normas de comportamento, sintetizam representações e atuam, então, como sistemas simbólicos¹.

Palavras-chave ditadura militar; militantes; notícias; representações sociais; Dilma Rousseff.

a Jornalista, especialista em Assessoria em Comunicação Pública e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB); professor titular da Universidade de Brasília e professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Doutorado em Comunicação de Massa pela University of Wisconsin, de Madison (1977), e estágio de pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (2002/2003).

1 A análise constante neste artigo integra uma pesquisa mais ampla, realizada em nível de mestrado, que inclui ainda outros veículos jornalísticos, bem como aspectos relacionados às construções simbólicas acerca da condição da mulher como ator político no noticiário sobre a eleição da primeira presidente do Brasil.

Abstract *Having as structuring point of analysis the political militancy of President Dilma Rousseff, this paper analyzes the symbolic dimension of journalistic discourse, in the magazine Istoé and the newspaper O Globo, during President Dilma Rousseff's election. Our goal is to observe which social representations of the militant groups that resisted during the dictatorship emerge, decades later, in the news that date back to the participation of president-elect in these groups, and how the discursive construction of these representations occurs. We start from the premise that, by fixing models, values and beliefs, the news set, reproduce and recreate norms of behavior, synthesize representations and act then as symbolic systems.*

Keywords *military dictatorship; militants; news; social representations; Dilma Rousseff.*

UMA MULHER NO PODER: O CONTEXTO DA PESQUISA

A eleição presidencial de 2010 atualizou a presença feminina na cena política brasileira: depois de chegar ao segundo turno da disputa eleitoral e derrotar o candidato José Serra, Dilma Rousseff alcançou a Presidência da República. As questões de gênero marcaram, então, grande parte do noticiário veiculado antes, durante e depois das eleições. De fato, era impossível ignorar que, pela primeira vez, uma mulher alcançava o mais alto posto da República.

Mas, além das questões de gênero, falar sobre a presidente Dilma também suscitava outro momento importante de sua trajetória política e de vida: há cinquenta anos, ela se juntava a outros brasileiros que, descontentes com o governo e a realidade instaurada a partir de 1964, empreendiam lutas contra o regime militar.

Dilma ingressou na década de 1960 na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP), organização que naquela época tinha como principal atividade “imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e ‘educar o proletariado’” (AMARAL, 2011, p. 39). Assim, Dilma ajudava a realizar a impressão clandestina do jornal *O Piquete*, que circulava entre operários de fábricas como a Belgo-Mineira. Ela também foi responsável pelo recebimento das mensalidades pagas por membros da organização e vendeu cartões de Natal no centro de Belo Horizonte para arrecadar dinheiro para o grupo (AMARAL, 2011, p. 40-41). Em 1967, ingressou na faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, no ano seguinte, passou a fazer parte do grupo Comandos de Libertação Nacional

(COLINA)². No final dos anos 1960, o COLINA se une à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Presa em 1970, em um bar em São Paulo, Dilma foi encaminhada para o pátio da Operação Bandeirantes (OBAN) e também passou pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pelo Presídio Tiradentes, onde permaneceu por quase três anos.

Guerrilheira, rebelde, militante, insurgente, revolucionária, mulher de fibra, durona, mãe, divorciada, avó: a mídia encontrou suas próprias formas de nomear a então presidente, seu passado, sua personalidade e sua atuação. As construções simbólicas presentes ali, no entanto, não surgiam ao acaso: o imaginário social está aí, enquanto um modo de ser partilhado por todos. “Todo imaginário é uma narrativa. Uma trama. Um ponto de vista. Vista de um ponto”, afirmou Juremir Machado da Silva (2003, p. 1).

De acordo com Michel Maffesoli (2001, p. 75-76), o imaginário é uma atmosfera, o estado de espírito de um grupo, uma força social de ordem espiritual que estabelece vínculo, que é “cimento social”. Dênis de Moraes (1994, p. 28) afirma ainda que o imaginário se constrói a partir do “conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetiva de uma cultura”, de tal forma que nele podemos encontrar as percepções que os atores sociais guardam sobre si mesmos e uns sobre os outros.

Assim, é por meio do imaginário que se formam as diversas imagens e que se partilham valores que caracterizam o modo específico e particular de uma dada sociedade. É por meio do imaginário, portanto, que se formam as representações sociais, as quais, segundo Moscovici (2003, p. 32), “são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados”. Podemos afirmar, então, que as representações sociais são formas de conhecimento, maneiras específicas por meio das quais os indivíduos apreendem, compreendem e comunicam a realidade.

Nesse contexto, o jornalismo se destaca como uma esfera de representação, pois, como afirma Gilbert Durand (1998, p. 33), “as difusoras de imagens – digamos a ‘mídia’ – encontram-se onipresentes em todos os níveis de representação e da psique do homem ocidental ou ocidentalizado”. O que se vê é que as notícias – e aí talvez seja esse seu grande diferencial em relação aos outros espaços de construção simbólica – amplificam os discursos que circulam entre os grupos sociais, as representações já existentes e as construções simbólicas recorrentes. E é por

2 Depois de desentendimentos entre membros da POLOP sobre aderir ou não à luta armada, o grupo se divide. Surgem então o Partido Operário Comunista (POC), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o grupo Comandos de Libertação Nacional (COLINA) (AMARAL, 2011).

isso que tomamos o jornalismo aqui como sistema simbólico e esfera de representação: dado o espectro amplo de pessoas que ele alcança, o jornalismo torna esses discursos mais – ou menos – (re)conhecidos.

Ao mesmo tempo em que informam e explicam determinado fato, ou seja, fornecem significados imediatos sobre o real, as notícias também fornecem referências à vida social, difundindo valores, crenças, normas de comportamento e pontos de vista (BIRD; DARDENNE, 1999). É importante destacar que a “onipresença” midiática, como definiu Durand, nos diversos níveis de representação, realiza-se tanto por meio do sistema simbólico e valorativo anterior à estruturação das notícias quanto daqueles que se instauram por meio delas: ou seja, havemos de considerar que a produção jornalística tanto reflete os enunciados e modos de enunciação compartilhados socialmente (CHILLÓN, 2000, p. 121) como alimenta a construção de representações sociais.

E é justamente na intersecção entre imaginário social, representações e o jornalismo, aplicada ao contexto da militância política de esquerda durante a ditadura militar no Brasil, que o presente estudo se centra: o objetivo aqui é analisar cinco reportagens publicadas em dois veículos jornalísticos, nos dias seguintes à eleição de 2010, quando uma mulher que integrou grupos de resistência à ditadura chegou ao poder, a fim de verificar de que forma emergem nessas narrativas os sistemas simbólicos recorrentes sobre a militância política. Como se instauram os discursos jornalísticos e quais são os sentidos que eles divulgam sobre os grupos de esquerda atuantes durante o regime militar?

Serão objeto de estudo a edição 0001, de 3 de novembro de 2010, da revista *Istoé*, e a edição do dia 1º de novembro de 2010 do jornal *O Globo*. Três reportagens da revista e duas do jornal serão analisadas neste estudo. Cabe aqui destacar que ambos os veículos impressos que integram a análise dedicaram a edição que se seguiu à eleição de 2010 para tratar sobre a presidente eleita, sendo que, no caso do jornal analisado, foi preparado um caderno especial de reportagens – anexo à edição principal –, intitulado “De Silva para Rousseff”.

Já quanto às reportagens selecionadas, somente integram o *corpus* da pesquisa aquelas que fazem referência direta e explícita ao tema da militância política de Dilma durante os anos do regime militar, o que pode, inclusive, ser evidenciado pela manchete das reportagens, como é possível verificar na descrição a seguir, em que constam título e subtítulo das matérias:

Isto é

- “1968, o ano que enfim terminou”

A geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura militar brasileira chega ao poder

- “A descoberta da política no Colégio Central”

Como o ambiente escolar e a conjuntura nacional influenciaram a jovem a ser tornar, aos 16 anos, militante de esquerda

- “O homem que fez a cabeça de Dilma”

A presidente eleita chamava Apolo Heringer Lisboa, seu antigo professor de marxismo, de guru. Ele manteve por ela um amor platônico. Depois de quase 50 anos, ambos revisaram seus conceitos

O Globo

- “A escola que despertou o espírito de rebeldia”

Dilma Rousseff deixou o colégio de freiras para estudar num centro público de referência, que exalava liberdade. Ali se operou uma verdadeira revolução na cabeça da futura presidente

- “O legado da Dilma militante”

Nas organizações de esquerda, ela já mostrava perfil dirigente. Ali, discutiu teorias econômicas revolucionárias e o dilema entre guerrilha e mobilização de massas

É importante destacar que, na análise empírica do presente estudo, considerou-se tanto a vertente política da militância, ou seja, como os membros de grupos de esquerda, durante a ditadura, eram representados, tendo em vista sua atuação contra o poder instituído naquele período, como também a vertente de gênero na qual a militância se insere, uma vez que as notícias em questão constroem suas narrativas a partir do caso específico de uma mulher que atuou como militante. Para além de não corresponder às determinações políticas impostas pelo regime, as mulheres que integravam organizações de resistência à ditadura também não correspondiam aos tradicionais padrões de comportamento da época, em uma espécie de dupla transgressão: eram militantes e eram, ainda, mulheres.

Uma vez que a análise do *corpus* aqui definido será feita com base nas representações recorrentes que circularam, por ocasião da ditadura, sobre os militantes, far-se-á a seguir uma breve apresentação dos resultados obtidos a partir de um

amplo estudo bibliográfico e histórico sobre a realidade vivida pelo país naquele período, por meio do qual se pôde compreender quais eram as imagens recorrentes sobre os membros de grupos de resistência, seja a partir de sua vertente política, seja de gênero. Só a partir deste estudo, primeiro, será possível analisar as narrativas jornalísticas atuais, buscando verificar como os sentidos e as representações difundidas naquela época se apresentam tantos anos depois.

Em seguida, serão feitas algumas considerações importantes acerca da metodologia da pesquisa para, então, partir para a análise das reportagens de *O Globo* e *Istoé*.

SUBVERSIVO, GUERRILHEIRO E TERRORISTA: OS MILITANTES E SUAS IMAGENS

O estudo sobre as representações acerca dos membros de grupos de resistência durante o regime militar parte, na presente análise, de três espaços principais de construção de sentido. São eles: o governo militar, que desejava inculcar na população a ideia do “perigo vermelho”, incentivando o temor àqueles que integrassem organizações – armadas ou não – de resistência à ditadura; a imprensa, uma vez que, conforme explicitado anteriormente, ela atua como esfera de representação, na medida em que, para além de informar o público, fornece referências à sua atuação social; e pelos próprios militantes, que também buscavam obter apoio da sociedade nas ações que desenvolviam e, logo, construía representações sobre si mesmos.

Com relação ao primeiro espaço de construção simbólica – o governo –, é importante destacar que, durante todo o período ditatorial brasileiro, os militares mostraram significativa preocupação tanto em coletar informações sobre a sociedade como em divulgar informações sobre a realidade política do país. Exemplo disso é a criação do Serviço Nacional de Informação, o SNI, em 1964, e da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)³, em 1968. No caso desta última, o foco era a produção de campanhas e propagandas que promovessem o fortalecimento da nação e divulgassem uma visão otimista sobre os rumos do país, reforçando especialmente os benefícios econômicos que o governo traria ao povo brasileiro. Já os pronunciamentos de presidentes daquele período, como Costa e Silva e Castello Branco, mostram como o uso do verbo “salvar” contribuía para reforçar a noção de que o regime militar era a chance de “endireitar” o país, afastá-lo de eventuais

3 Para outras informações sobre a AERP, consultar D’Araújo (2006, p. 40-47).

“desvios” que ameaçavam a segurança e os interesses nacionais e colocá-lo no caminho do progresso.

Segundo João Batista de Abreu (2000), verbos como “aniquilar” e “eliminar”; expressões como “redutos da subversão” e “trilha do terrorismo”, presentes nos materiais em que os órgãos de segurança do governo fazem alusão aos militantes, exemplificam o empenho do regime em situar a luta armada, especialmente, no âmbito da marginalidade. Era comum, por exemplo, encontrar nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) da época os militantes sendo referidos como “elementos”.

Por sua vez, com relação à imprensa, há que se considerar que, durante a ditadura, houve tanto os veículos que colaboraram de forma deliberada com o governo militar, e aí cabem muito bem as palavras de Flávio Aguiar (2002, p. 404), pois, segundo ele, “parte importante da imprensa tomou parte ativa, ou pelo menos procurou tomar, na campanha contra o governo de Goulart, e depois no apoio aos novos governantes”; como também houve veículos que, ainda que de forma não deliberada, contribuíram com a difusão dos sentidos construídos pelo regime militar. Neste último caso, para além da censura, as próprias restrições que o governo apresentava ao trabalho dos jornalistas facilitavam a reprodução, nos jornais, da versão encampada pelos militares: exemplo disso é a publicação, nas notícias, de depoimentos concedidos por presos políticos às autoridades policiais como se fossem resultado de uma tradicional entrevista jornalística, sem nenhuma consideração quanto ao contexto e às condições em que as tais “confissões” eram obtidas.

Para Abreu (2000), no caso da luta armada, a caracterização negativa foi predominante entre os veículos de comunicação, antes mesmo da instituição da censura, ou seja, foi definida pela própria mídia. Segundo o autor, no período do governo Castello Branco, na década de 1960, quando “a imprensa não vivia sob censura” (ABREU, 2000, p. 168), já podiam ser encontradas nos jornais notícias que qualificavam os militantes como “bando”, “baderneiros” ou “bandidos”.

Assim, entre os termos recorrentes naquela época e usados tanto pelo governo quanto pelos veículos de comunicação para “nomear” os opositores do regime militar (ABREU, 2000), podem ser destacados dois deles: *subversivo* e *terrorista*. No primeiro caso, o termo – que era inicialmente usado para fazer referência aos membros do governo que tivessem sido cassados ou estivessem sendo indiciados – representava “todo aquele que, de uma maneira ou de outra, se opunha ao regime de exceção recém-instalado”, desqualificando-os perante a sociedade (ABREU, 2000, p. 23).

Já o termo *terrorista* representava aquele “indivíduo responsável pela criação de um clima de insegurança com o objetivo de fazer com que a sociedade entrasse em crise” (ABREU, 2000, p. 25). Para evitar a repetição de palavras, era comum ver nos jornais termos como “assaltante”, “ladrão” e “subversivo”, sendo usados como sinônimo de terrorista para se referir não só a ações militantes de luta armada, mas a qualquer movimento de oposição ao governo (ABREU, 2000, p. 179).

É importante observar, no entanto, que o termo *terrorista* também fazia parte do vocabulário dos próprios militantes, que assim se definiam em muitos casos. Em um documento divulgado pelo grupo COLINA, em maio de 1968, intitulado “Estrutura de uma organização político-militar”, pode-se verificar o uso de termos como *revolucionários*, *combatentes*, bem como referências às atividades guerrilheiras (www.an.gov.br/mr). Aliás, o termo *guerrilheiro* e seu sentido pejorativo – em suas associações à noção de selvageria e desorganização – deu espaço à figura mítica representada por Che Guevara, especialmente a partir de sua morte. As organizações de esquerda ainda usavam em seus pronunciamentos verbos como “justiçar” – quando se referiam à morte de militares durante ações da esquerda – ou “expropriar”, em substituição ao termo roubar, por exemplo, como forma de garantir um sentido social ao roubo (ABREU, 2000).

Tendo em vista essas breves considerações sobre cada um dos espaços de construção simbólica aqui definidos, é possível estabelecer que as representações sobre os militantes de grupos de resistência à ditadura transitam entre dois enfoques: um deles, ao qual se chamará aqui de enfoque patriótico, ressalta a valentia e a nobreza da luta daqueles que buscavam o caminho que acreditavam ser melhor para o povo brasileiro, com foco na libertação, no fim das desigualdades sociais e da opressão; já o outro enfoque, opositor, ressaltava o caráter rebelde, insurgente, por vezes descabido daqueles que manifestavam sua oposição à atuação do regime instituído.

Enquanto no primeiro enfoque predomina a valorização dos militantes, valorização não necessariamente da atuação ou das ações realizadas, mas propriamente da coragem de lutar por ideais próprios, pela capacidade de agir e de se posicionar, no segundo enfoque fica evidente que a militância tendia para uma espécie de rebeldia juvenil desmotivada, desordem, despolitização, para a violência e insubordinação de seus membros.

AS MULHERES NA MILITÂNCIA: “SALTO ALTO NÃO COMBINA COM ASSALTO”

De acordo com Ruth Ribeiro de Lima (2000, p. 206), estima-se que seiscentas mulheres estiveram distribuídas entre quase todas as organizações de

esquerda no Brasil, nos anos de 1964 a 1979, sendo que, nos grupos armados, elas representaram cerca de 18% do número total de militantes (RIDENTI, 1990, p. 1). A transgressão política que se cometia – opor-se ao regime – era acompanhada, no caso das mulheres militantes, de uma transgressão comportamental: integrar as organizações de esquerda significava romper com a construção social e cultural que atribuía papéis específicos para homens e mulheres na sociedade. Assim, aos olhos da repressão, a militante cometia dois pecados: insurgir-se contra a política golpista e desconsiderar o lugar destinado à mulher, ou seja, o espaço privado (COLLING, 2004).

Há autores que destacam, inclusive, que o governo garantia desprezo maior às militantes, quando comparados os tratamentos dados a elas com aqueles dados aos homens, justamente por considerarem que cabia às mulheres a reprodução dos valores tradicionais no âmbito da família. Assim, “as mulheres militantes comprometiam não só a estabilidade do regime, mas também a socialização de seus filhos” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 315-316).

Dessa forma, como destacado anteriormente, em se tratando de mulheres que integraram organizações de esquerda nos anos 1960 e 1970, não há como falar sobre os aspectos políticos envolvidos na militância sem trazer, concomitantemente, os aspectos comportamentais ali presentes, integrando-os: no espaço político, masculino por excelência, as relações de gênero conferiam significado às relações de poder. Nesse sentido, com base na pesquisa bibliográfica, histórica e por meio de diversos depoimentos de mulheres que integraram organizações de esquerda durante o regime militar (também aqui considera-se a construção de sentidos realizada por meio do governo, da imprensa e dos grupos de resistência), observa-se que, em geral, as representações sobre as mulheres militantes naquele período estavam relacionadas ao menos a um dos seguintes padrões: afetivo-sexuais; físicos/de beleza; e de personalidade.

Com relação ao primeiro deles, a seguinte afirmação de Colling (2004, p. 7) é bastante significativa: “a repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista”. Assim, o regime associava claramente as mulheres que integravam grupos de resistência à noção de libertinagem, ou seja, tais mulheres representavam um contraponto à virgindade e ao recato que marcava os tradicionais padrões afetivo-sexuais femininos, sugerindo, em diversos momentos, uma “possível associação com a prostituição” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2012, p. 19).

Zuenir Ventura (2008, p. 38) conta que, em 1968, quando a polícia “desmantelou” o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, as caixas de pílulas anticoncepcionais encontradas no local foram exibidas “como troféu de

guerra”: segundo o autor, “a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir as questões estudantis”.

E a construção que se fazia em torno de uma alegada falta de moral das mulheres militantes era tão intensa que, muitas vezes, elas próprias tinham problemas em se reconhecer como tal, temendo a exclusão que lhes poderia ser imposta: Rosane⁴ conta que, antes de ingressar no movimento, achava as mulheres militantes “muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas” (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007, p. 368).

Também os colegas de militância, homens, reproduziam, no interior das organizações de resistência, essas mesmas representações. Segundo Zuenir Ventura (2008, p. 40), “em 63, a hoje economista Liana Aureliano foi eleita delegada a um congresso do PC⁵ e em seguida vetada por duas bases do Recife porque não era virgem”.

Além dos padrões afetivos e sexuais, estereótipos quanto à beleza e feminilidade também faziam parte das representações que circulavam sobre as mulheres militantes: eles compõem o que chamamos aqui de padrões físicos. Segundo Maria do Carmo Brito, “eu já tinha trinta anos quando fui aceitar que a gente podia ser militante e não precisava ser necessariamente feia, horrorosa” (COSTA et al., 1980, p. 75), de forma que ela própria evidencia a concepção predominante na época de que as mulheres que integravam os grupos de resistência eram, necessariamente, mulheres sem vaidade, sem feminilidade e que não eram bonitas. Em uma charge de autoria de Ziraldo e publicada pelo jornal *O Pasquim*, no final da década de 1970, um homem repassa informações, provavelmente à polícia, sobre os responsáveis por uma pichação, dizendo: “Eram três, doutor... num fusca branco, de madrugada, sorrateiros... Duas mulheres feias e uma pessoa do sexo masculino ao volante [...]”⁶.

Assim como no caso dos padrões afetivo-sexuais, também nas próprias organizações de esquerda os padrões físicos eram compartilhados por muitos colegas de militância: segundo Reinaldo Guarany, que integrou a Ação Libertadora Nacional (ALN), “quanto mais barra-pesada fosse uma organização, mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram” (GUARANY, 1984, *apud* RIDENTI, 1990).

4 Os nomes utilizados pelas autoras em questão são fictícios (GIANORDOLI-NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007; 2012).

5 Partido Comunista.

6 Disponível em Soihet (2008, p. 13).

Outro exemplo é dado por Zuenir Ventura, mas pode ser facilmente encontrado em diversos estudos que trazem referências à militância feminina durante o regime militar no Brasil: a personagem é Iara Iavelberg, que integrou a POLOP. “Iara não tinha muito a ver com suas colegas de militância. Além de bonita, loura, alta, olhos claros e um sorriso aberto, era muito vaidosa. Cuidava do corpo talvez com o mesmo zelo com que cuidava do fuzil” (VENTURA, 2008, p. 40). Iara era apresentada, assim, como uma exceção diante das demais mulheres militantes. A propósito, a frase citada no início deste tópico pertence à Lúcia Murat Maria Vasconcelos e cabe muito bem nesta discussão. Em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho (1998, p. 196), ela afirmou: “na luta armada a gente perde um pouco da feminilidade”, revelando que nem sempre era fácil manter a vaidade no cotidiano dos grupos de resistência.

Por fim, vale destacar os padrões de personalidade aos quais as militantes eram comumente associadas: aqui, é a bravura e a coragem das mulheres que integravam os grupos de resistência o ponto central das representações que circulavam sobre elas. No entanto, não havia valorização dessa coragem e do destemor das militantes: ao invés de qualidades, tais características eram associadas ao perigo que essas mulheres representavam, opondo tamanha valentia a um ideal de fragilidade e delicadeza femininas.

O depoimento do coronel Adyr Fiúza, no livro *Os anos de chumbo* (1994), ilustra tais argumentos: “as mulheres são muito mais ferozes do que os homens. São muito mais cruéis [...]. Muitas delas, enquanto estavam no terrorismo, [...] tinham que ser postas de castigo pela própria chefia [...] porque se excediam” (CASTRO; D’ARAÚJO; SOARES, 1994, p. 77). Pode-se, inclusive, observar que as características da personalidade das militantes sugerem uma associação com os já mencionados padrões físicos – tamanha bravura correspondia à falta de feminilidade e à masculinização.

NARRATOLOGIA E TEMATOLOGIA: SOBRE O MÉTODO

A análise da narrativa como procedimento metodológico fornece, nesta pesquisa, as bases do estudo empírico a ser realizado. De acordo com Motta (2007), narratividade significa descrever algo enunciando sucessivos estados de transformação, e, na medida em que organiza os fatos em uma sequência lógica e compreensiva, as notícias estão sim impregnadas pela narratividade. A narratologia, por sua vez, sendo uma teoria da narrativa, estuda como os sujeitos

constroem significados por meio da expressão narrativa da realidade. E aí se insere o jornalismo.

No caso específico dos meios de comunicação, vale lembrar que as narrativas são formas de exercer o poder, afinal elas não são eventuais, mas elaboradas segundo intenções específicas; não são aleatórias, mas se realizam em determinados contextos e visam a determinados efeitos (MOTTA, 2007). Assim, as narrativas jornalísticas organizam as ações dos indivíduos em função de estratégias específicas e, por isso, estudar a notícia como uma narrativa implica analisar justamente tais estratégias.

Importante esclarecer que a análise da narrativa jornalística tem o conflito como elemento estruturador, uma vez que as notícias lidam com descontinuidades, com rupturas. Segundo Gancho (1998), conflito é qualquer componente da história – seja um personagem, seja mesmo uma ideia – que organiza os fatos e mantém a atenção do leitor. Nesse sentido, considerar-se-á aqui que o conflito estruturante das narrativas a serem analisadas consiste justamente na militância política durante a ditadura, uma vez que somente são objeto de estudo as narrativas – dentre os veículos jornalísticos pesquisados – que façam referência ao assunto.

Em “Para uma antropologia da notícia”, Motta (2002) apresenta etapas do que ele considera uma opção metodológica para verificar até onde as notícias estão “impregnadas” pelas sensibilidades e pelos imaginários sociais. Tais etapas não serão exatamente reproduzidas na análise do *corpus* da presente pesquisa, mas foi a partir delas que se pôde propor etapas próprias. Assim, será realizada, inicialmente, uma análise narratológica e textual-narrativa das matérias que integram o *corpus* da pesquisa e, em seguida, uma análise tematólogica.

No primeiro caso, o objetivo é verificar quais dispositivos retóricos foram usados na construção das notícias e, para isso, o foco residirá nas estratégias comunicativas, as quais se dividem em estratégias de objetivação e estratégias de subjetivação. A primeira delas faz referência aos efeitos de real, ou seja, às estratégias que dão a ideia de que não há mediação nas notícias e, para isso, será preciso observar nas narrativas o uso de expressões de tempo e lugar, de citações – já que as aspas dão a impressão de que não há intervenção do jornalista –, números e estatísticas (que conferem à narrativa rigor e precisão) e das expressões do próprio narrador-jornalista. Já as estratégias de subjetivação, ou efeitos poéticos, compreendem os recursos linguísticos que remetem o leitor à subjetividade e, por isso, é preciso analisar os adjetivos, verbos e substantivos que integram as narrativas.

Por fim, na análise tematólogica, o foco reside na interpretação, ou seja, em buscar os sentidos, as percepções culturais e simbólicas que permeiam as notícias

pesquisadas. Aqui, recorrer-se-á essencialmente ao arcabouço teórico apresentado anteriormente, elaborado acerca das vertentes política e de gênero da militância. O objetivo é situar o material jornalístico que compõe o *corpus* deste estudo no âmbito dos padrões e dos enfoques recorrentes que circularam durante o período do regime militar sobre a atuação dos militantes, a fim de observar como eles ainda permeiam o imaginário social expresso nas notícias.

A apresentação dos resultados da pesquisa, a fim de garantir maior coerência e fornecer um panorama amplo das reportagens analisadas, será realizada na mesma sequência definida acima, ou seja, primeiro serão traçados os pontos mais importantes da análise narratológica e textual-narrativa para, em seguida, partir para a análise tematológica.

O HORIZONTE DO JORNALISMO: A MILITÂNCIA NAS PÁGINAS DA REVISTA E DO JORNAL

O Colégio Estadual Central, de Belo Horizonte, onde Dilma estudou por dois anos, a partir de 1964, é tema de reportagens em ambos os veículos pesquisados. Tanto *O Globo* quanto *Istoé* dedicaram uma matéria ao assunto, e, nas duas, liberdade é a palavra que dá o tom das narrativas: *O Globo* fala em “ilha de liberdade”, “centro público que exalava liberdade”, “ambiente que transpirava liberdade”. Já na revista *Istoé* estão presentes expressões como “espaço público e democrático”, “abrigava uma porção de tribos”, “era heterogêneo e plural”. Em determinado momento, a revista caracteriza o bar Bucheco – segundo Ricardo Amaral (2011, p. 38), diz-se Butchéco –, “onde o pessoal da POLOP se reunia”: “era um ambiente existencialista, na penumbra, com cadeiras despojadas e caixotes no lugar dos bancos tomados pela fumaça que saía dos cigarros”. Aqui, a liberdade assume traços de desprendimento com relação a valores e comportamentos tradicionais, como evidenciam os adjetivos *despojadas* e *existencialista*.

À liberdade se misturava ainda capacidade de debate e de ação: expressões e termos como “inflamada assembleia estudantil”, em *O Globo*, ou “alunos irreverentes e críticos”, como aponta a *Istoé*, a qual destaca ainda que “o colégio se tornou um dos principais focos da resistência da juventude mineira”, mostram a disposição dos jovens em discutir e lutar por aquilo que defendiam.

Deve-se ainda observar como é coincidente o uso de palavras e expressões que remetem a uma permanente inquietação: “o Estadual Central era o epicentro da agitação estudantil do período” (*O Globo*), “um caldeirão social, político e cultural em constante ebulição” (*Istoé*). *Epicentro*, *caldeirão* e *ebulição* caracterizam,

assim, a realidade da época como uma espécie de terremoto e de algo que estava, literalmente, pegando fogo.

Por outro lado, à liberdade, à agitação e à ação dos jovens se juntava a insubmissão: quando comenta sobre a arquitetura do Colégio, que foi projetado por Oscar Niemeyer, *O Globo* diz que “a rebeldia começava pelos traços do arquiteto”, e o adjetivo “comunista”, com o qual a *Istoé* identifica Niemeyer, também evidencia os padrões de não conformidade e de desobediência sobre os quais se constroem os sentidos acerca da militância a partir das narrativas jornalísticas em questão. Cabe destacar que, no caso de *O Globo*, a palavra “rebeldia” surge em determinado momento na voz da própria presidente, em um fala atribuída a ela: ““nós éramos aqui bastante rebeldes’, recordou-se a presidente eleita, ao visitar recentemente o antigo colégio”.

É interessante observar ainda os termos utilizados em uma citação da matéria publicada em *O Globo* e atribuída à Maria José Duarte, diretora do Colégio, por ocasião da reportagem. Ao comentar sobre o comportamento dos atuais estudantes, ela diz: “alguns alunos *boicotam*, tomam *atitudes terroristas*. Eles se organizam para *soltar bomba*, arrebentar o banheiro”. A fala de Maria José é antecedida pelo seguinte período: “a diretora admite que a *rebeldia* não desapareceu por completo, mas de forma *menos engajada*”, de tal forma que a reportagem associa a “rebeldia” praticada pelos alunos da década de 1960 a um certo engajamento, ou seja, à época da ditadura, aqueles estudantes se manifestavam, mas tais manifestações estavam vinculadas a determinadas causas e também ideias.

Por outro lado, vale destacar que a fala da diretora citada pela reportagem traz termos que remetem à violência e a ações extremadas, a exemplo de “bomba” e “terroristas”, termos que não deixam de retomar as construções simbólicas especialmente veiculadas pelo governo e pela imprensa, como discutido nos tópicos anteriores, e que serviam para difundir o temor com relação aos militantes. Inclusive, a reportagem cita em seguida uma fala de duas alunas do Colégio, as quais “devolvem a queixa” – como afirma a matéria – da diretora, dizendo: “Como a diretoria barra muita coisa, somos obrigados a fazer atividades *paralelas*, como uma gincana *clandestina*”, sendo que os dois termos destacados por nós remetem, por sua vez, a algo que não é oficial, ou seja, está fora da legalidade, mesmo contexto em que a militância se deu durante a ditadura.

A personalidade e o comportamento de Dilma, por sua vez, também integram as narrativas de ambos os veículos analisados: no caso da *Istoé*, a matéria que tem como ponto de partida o Colégio em Belo Horizonte traz ainda referências ao temperamento e à atuação de Dilma na época de estudante e militante. Adjetivos como

“intelectualizada”, “intransigente”, “exaltada”, “capaz” e “combativa” estão presentes nas citações atribuídas aos entrevistados. “Inteligente”, “muito bem preparada”, “perfil de dirigente”, “engraçada”, “sonhadora”, “brincalhona” e “sempre articulada” são algumas das características da presidente eleita apontadas na reportagem “O legado da Dilma militante”, de *O Globo*, que discute também sobre a permanência dos ideais políticos da presidente, naquela época, em sua atuação hoje.

Aliás, é essa permanência de ideais políticos, ao longo dos anos, um assunto que permeia diversas reportagens nos dois veículos em questão: no caso da *Istoé*, a revista traz uma matéria na qual um único entrevistado, Apolo Heringer, conta sua história, suas memórias do tempo em que atuou com Dilma na POLOP e fala sobre as ideias políticas que os moviam. O entrevistado – que, de acordo com a revista, era chamado de guru por Dilma – já não pensa como nos anos do regime militar, pois “muitos de seus conceitos foram revistos e a pauta ambiental ganhou espaço em sua agenda”. A reportagem diz ainda que Apolo Heringer “tem a convicção de que Dilma também mudou” e que, “de fato, não há mais no vocabulário da presidente eleita temas como revolução do proletariado, estatização da terra e dos meios de produção”.

Na verdade, para além de uma discussão sobre a permanência de ideais políticos, pode-se dizer que a reportagem propõe uma espécie de balanço da vivência militante, e aí se inclui uma reflexão tanto sobre a importância das ações realizadas naquela época quanto sobre o que resta da militância nos “ex-militantes” de hoje. E não é só nessa reportagem que esse “balanço” se faz presente: também na revista, em “A descoberta da política no Colégio Central”, o economista Luiz Bernardes, que integrou o grupo Ação Popular, afirmou que tanto Dilma quanto José Serra “renegam” o passado militante. Já na reportagem “1968: o ano que enfim terminou”, Zuenir Ventura afirma que “não foi com um discurso revolucionário que este pessoal venceu eleição”.

No caso do jornal *O Globo*, a reportagem “O legado da Dilma militante” – aliás, o termo “legado” é aqui especialmente significativo, já que evidencia, de início, que a matéria se propõe a discutir sobre o que ainda resta de militante na Dilma presidente – traz o sociólogo Marcelo Ridenti como fonte, dizendo: “ela (Dilma) defende um desenvolvimentismo impulsionado pela burguesia nacional e pelo subproletariado, algo que eles tanto criticavam”. A mesma reportagem, no entanto, traz uma opinião divergente: Theotônio dos Santos, economista e professor universitário que atuou como militante na POLOP, afirma: “Dilma não rejeitou as lutas que realizou na ditadura. Numa situação ditatorial elas se justificavam. Isso

revela uma postura combativa [...]. Sobreviver à tortura e viver na clandestinidade é uma vitória pessoal muito grande”.

Por fim, a tortura a que Dilma foi submetida durante o período em que esteve presa é o foco da reportagem *1968: o ano que enfim terminou*, publicada na *Istoé*. Além de Dilma, os destinos de outros militantes presos durante o regime militar são citados na matéria. O que o repórter faz é, de fato, uma denúncia das desumanidades que foram praticadas por militares contra os presos políticos, durante aquele período, e, por isso, predominam verbos como “escapar”, “enfrentar”, “capturar”, “cercar”, “safar”, “esconder”, “varejar”. Termos como “combate”, “eliminação”, “extermínio” e expressões como “moída a pancadas”, “porões da repressão”, além de números sobre as vítimas da ditadura (as estratégias de objetivação das quais falamos) dão o tom de repulsa da reportagem à prática da tortura: “em 1971, a repressão matou 50 pessoas, superando os 29 assassinatos no ano anterior. Entre dezembro de 1972 e outubro de 1973, houve 43 mortes”.

Interessante observar que os verbos, os termos e as expressões reproduzidas acima corroboram com a discussão anterior sobre a diferença marcante entre o vocabulário utilizado, por ocasião do regime militar, por governo e grupos militantes: enquanto o primeiro buscava desqualificar a atuação dos grupos de resistência, inclusive atribuindo aos membros desses grupos um caráter animalesco, os militantes reivindicavam o direito de lutar e reforçavam o caráter desumano das ações de repressão desenvolvidas pelo governo.

Também em *O Globo*, uma matéria correlata à reportagem *O legado da Dilma militante* fala sobre os momentos vividos por ela na prisão e os relatos da tortura. O título “Ela jamais esmoreceu” faz referência à forma como a presidente fora caracterizada pelos militares em um processo do Superior Tribunal Militar (STM), à época da ditadura, e ao qual o jornal teve acesso.

A partir das considerações desenvolvidas até agora, fica, portanto, evidente que o ambiente estudantil durante a ditadura, o balanço da vivência militante e a tortura são os três grandes temas que centralizam, de maneira ampla, as reportagens analisadas. E é interessante pensar como essas narrativas, mesmo em veículos distintos, convergem entre si, trazendo à tona questões muito semelhantes, especialmente no caso dos dois primeiros temas acima citados, já que a tortura mereceu destaque mais significativo na revista *Istoé*, que dedicou uma reportagem exclusivamente ao assunto.

Considerando, dessa forma, o caminho percorrido pelas reportagens, os aspectos evidenciados em cada uma delas e tendo em mente o cenário construído inicialmente sobre as representações recorrentes difundidas durante a ditadura,

observa-se que, com relação à vertente política da militância, o enfoque patriótico se instaura por meio das referências à vida estudantil, que se apresenta como um ambiente marcado pela liberdade e que incentivou os jovens a assumirem seu protagonismo político, irem em busca de mudanças na realidade política e social do país; bem como pelas referências à tortura: a *Istoé* fala em uma “geração que pagou caro por pegar em armas para enfrentar a ditadura” e afirma que “não é exagero falar em sobreviventes”.

É fato que, desde o período do regime militar, a tortura é um assunto tratado com certo pudor: com exceção dos próprios militares, que em geral tratavam as práticas de repressão e tortura como uma resposta à altura da “extensão e profundidade da subversão comunista” (COUTO, 1999, p. 11), era muito difícil manter uma postura favorável às ações de repressão desenvolvidas pela polícia política, seja porque quase todo mundo naquela época tinha um primo, irmão, vizinho que estava preso, seja porque – por mais restritas que fossem as liberdades de expressão e de imprensa no período – vinham à tona relatos sobre como a repressão agia, chocando toda a sociedade.

Ao longo desses cinquenta anos desde o golpe de 1964, só cresceu o repúdio social às formas encontradas pela ditadura para “punir” os opositores do regime, considerando a profusão de novos relatos, pesquisas e documentos que também vieram à tona, reforçando a crueldade com que a polícia agia. Nesse sentido, falar em tortura evoca sempre uma atmosfera dramática, trágica, repugnante, que revolta e também sensibiliza.

Juntos, portanto, os relatos e números relativos à tortura e a reconstrução dos anos escolares dos jovens da época refletem uma imagem de militantes aguerridos, que tinham vitalidade e ânimo para lutar em favor do que defendiam, que estavam entregues a uma causa. Claro que as adversidades dão, como destacado acima, um tom dramático a essa luta, mas esse drama enfatiza ainda mais a valentia e a coragem dos militantes, tornando-os dignos de admiração. No caso específico dos anos escolares, a liberdade que permeia a construção das narrativas confere a elas um ar contagiante, vibrante, rico de experiências e até mesmo nostálgico. O depoimento de um colega de Dilma, em *O Globo*, evidencia que os jovens viviam intensamente aquela época: “Nosso grupo se encontrava todo santo dia e ainda era pouco. A gente mal dormia, esperando o dia seguinte chegar para se encontrar de novo”.

Ao mesmo tempo, no entanto, que a vida estudantil e a liberdade que a permeava ajudam a construir nas narrativas o enfoque patriótico, também há, por meio delas, em certa medida, um reforço às noções de que a militância muitas vezes

se associava a um “capricho” daqueles jovens, de ações promovidas muito mais para causar desordem e alvoroço, revelando a insubmissão deles aos padrões de comportamento impostos na época. O termo *rebeldia*, evidenciado anteriormente, é exemplo disso, assim como “tudo era motivo para mobilizações”, como coloca *O Globo*. Há de se considerar ainda as referências às ações violentas praticadas por organizações de esquerda que aderiram à luta armada – como no caso do “terrorismo” mencionado pela atual diretora do Colégio em Belo Horizonte onde Dilma estudou – e que também remetem a um pretense caráter desordeiro e nem tão “político” assim daqueles grupos. No jornal *O Globo*, por exemplo, a reportagem destaca que, segundo uma entrevistada que integrou a VAR, o objetivo daquele grupo era “incendiar o país”. Por mais que aquele que pratica a violência alegue estar “fazendo justiça”, como os próprios militantes diziam à época, atentar contra a vida e a segurança de outras pessoas não se torna algo justificável.

É nesse sentido que se pode falar no enfoque oposicionista veiculado pelas narrativas e para o qual concorre ainda o “balanço” da vivência militante no qual predomina um tom pessimista, desiludido, frustrado: na *Istoé*, um entrevistado, que atuou como militante, afirma que tanto Dilma quanto José Serra (que concorreu no segundo turno das eleições de 2010), “embora os dois tenham surgido em movimentos de resistência à ditadura, hoje, eles não representam mais a antiga luta da esquerda”. Dessa forma, quem fez parte dos grupos de resistência à ditadura alega que aqueles que estiveram com eles, lado a lado, na luta contra a realidade política daquela época e que, hoje, ocupam o poder já não defendem mais os mesmos ideais. Resta, portanto, uma noção de luta perdida, que não chegou “a lugar nenhum”, como afirmou Vladimir Palmeira à *Istoé*.

Com relação aos termos utilizados para nomear os membros dos grupos de resistência à ditadura, observa-se que o termo *militante* é predominante entre todas as notícias analisadas, as quais falam em “ex-militante”, “ativa militante”, “militantes da luta armada” e “militante de esquerda”. Encontram-se ainda outros termos e expressões, como “belo-horizontinos engajados” e “companheiras” e, no caso específico da reportagem “O legado da Dilma militante”, veiculada pelo jornal *O Globo*, também está presente a palavra “guerrilheira”: “Dilma militante e guerrilheira”, “ex-guerrilheira”.

Já com relação ao regime militar, especialmente a matéria “1968, o ano que enfim terminou”, publicada pela *Istoé*, fala-se em “torturadores”, “máquina da repressão” e “eliminação total dos adversários”, de tal forma que ganha destaque a prática cruel adotada pelos órgãos de repressão contra os militantes.

Quanto às referências acerca da vertente de gênero da militância, não há, por parte de nenhuma das reportagens analisadas, discussões centradas propriamente nas questões relativas à atuação feminina em grupos de resistência à ditadura. O que há são referências pontuais, em algumas reportagens, como é o caso de *O Globo*. Nas duas matérias do jornal relativas à militância, há trechos nos quais se pode observar a presença dos padrões discutidos anteriormente: em uma das reportagens, sobre o Colégio Estadual Central, comenta-se sobre o uniforme usado pelas meninas na escola, uso “de saia cinza, bem mais curta do que as freiras permitiriam”, em uma referência à escola Nossa Senhora de Sion, onde Dilma estudou antes de ir para o Estadual Central. A menção aos padrões cristalizados em uma escola de tradição católica também está presente em outro momento da reportagem, quando se comenta sobre as aulas que Dilma tinha no colégio anterior, das freiras: “Foram apenas dois anos passados ali, mas suficientes para operar uma revolução na cabeça da jovem que, pouco antes, estudava latim, aprendia trabalhos manuais, como bordado e tricô”.

A partir desses dois trechos, pode-se observar que as narrativas jornalísticas expressam uma ligação entre o ingresso no colégio que “exalava liberdade” e a adoção de determinados padrões de comportamento, a exemplo das saias mais curtas usadas pelas meninas, em um contraponto aos tradicionais padrões expressos pela Igreja Católica com relação ao que era destinado às mulheres: bordar, tricotar, aprender latim. Nesse sentido, fica evidente que aquelas jovens alunas estavam rompendo paradigmas, mas também que a escola era um importante espaço de socialização política e também comportamental. Na reportagem veiculada pela *Istoé* sobre o colégio da capital mineira, uma colega de Dilma daquela época relembra que a presença feminina era minoritária: “quando entramos no Estadual Central, havia apenas quatro mulheres na sala”.

Iara Iavelberg, por sua vez, citada durante a discussão acerca dos padrões físicos que marcaram as representações sobre as militantes, é citada em duas reportagens analisadas: em *O Globo*, a socióloga Maria do Carmo Brito – que atuou na POLOP – faz referência à Iara, dizendo: “como Dilma tinha cabelos anelados, era muito esguia e usava óculos pesados, Iara Iavelberg sugeriu cabelos curtos, para realçar os olhos, e outra armação. E assim ela o fez”. Na revista *Istoé*, Iara é citada como “a guerrilheira loira, linda, namorada de Carlos Lamarca, que em plena clandestinidade ainda tinha espírito para levar Dilma para ‘aparar aquela juba’”. Assim, aqui a figura de Iavelberg surge justamente como a de uma militante que entendia de questões de beleza, que não perdia a feminilidade mesmo atuando

nos grupos de resistência e que, ainda, tratava de ajudar as colegas de militância a se “embelezarem”.

Em *O Globo*, um dos entrevistados, o médico Jorge Nahas – que atuou como militante na COLINA –, afirmou que Dilma atuava com a divulgação, formação e política dentro dos grupos de resistência e que, “desde cedo, mostrou perfil dirigente e sofreu com um ranço machista nas organizações de esquerda”. Importante considerar que, no trecho que antecede a citação de Nahas, o texto do jornal apresenta a fala dele como uma “revelação curiosa sobre a trajetória de Dilma na luta contra a ditadura”. Dessa forma, o adjetivo “curiosa” pode remeter a certo “talento” da presidente, desde o início de sua atuação política, para ações mais estratégicas, bem como sua capacidade de liderança. Por outro lado, analisando o depoimento de Nahas sob a perspectiva das questões de gênero presentes na militância, fica evidente que os grupos de resistência ofereciam sim obstáculos à participação feminina.

Também no jornal, uma matéria correlata – que traz informações de documentos policiais da época da ditadura – comenta sobre os relacionamentos amorosos de Dilma: no texto, diz-se que a polícia encontrou na casa em que a presidente morava quando foi presa “um bilhete amoroso, em que ela é chamada de ‘nega querida’”. Em seguida, comenta-se que Dilma e Carlos Araújo, seu segundo marido, “trocavam bilhetes por ‘teresas’, cordas de lençóis e restos de panos” enquanto estavam presos.

Tendo em vista as análises desenvolvidas até o momento, a partir do estudo sistemático das matérias, verifica-se que não há nas reportagens referências aos padrões afetivo-sexuais que marcaram as imagens que circularam sobre as mulheres militantes por ocasião da ditadura: embora se comente sobre o namorado de Dilma e sobre um colega que a admirava (na reportagem da *Istoé* sobre Apolo Heringer, diz-se que “ele manteve por ela um amor platônico”, que “nutriu uma paixão secreta pela pupila”), essas questões em nada se assemelham àquelas sobre as quais falou-se aqui, que associavam a presença feminina na militância à libertinagem e ao “descumprimento” do comportamento recatado esperado para uma mulher.

Já com relação aos padrões físicos, há especialmente um momento que chama a atenção, no jornal *O Globo*: o trecho que antecede a fala da entrevistada citando Iara Iavelberg diz: “embora pareça paradoxal, foi na clandestinidade que Dilma começou, lentamente, a abandonar a aparência de *nerd* dos anos 1960”. Ao afirmar “embora pareça paradoxal”, a reportagem evidencia uma tendência em as mulheres militantes parecerem “nerds”, o que não é propriamente um elogio. Por outro lado,

esse trecho da reportagem desconstrói a imagem de que toda militante deve ser necessariamente desleixada com a aparência, não muito feminina ou “*nerd*”, como o próprio texto as qualifica.

Por fim, quanto aos padrões de personalidade, há um trecho expressivo de *O Globo* em que são citados documentos policiais sobre a ditadura e nos quais Dilma é chamada de “Joana D’Arc”, “papisa da subversão”, “uma das molas-mestras e dos cérebros dos esquemas revolucionários” que “jamais esmoreceu”. Aqui, portanto, ela surge como uma espécie de líder, de pessoa forte nos grupos de resistência, de tal forma que a bravura não deixa de ser ressaltada. No entanto, nesse caso, assim como no trecho do entrevistado Jorge Nahas apresentado em *O Globo* e sobre o qual comentou-se há pouco, surge uma questão que não foi identificada durante a discussão que tratou sobre os padrões recorrentes de representação das mulheres militantes: os preconceitos dos membros do regime militar e da repressão contra elas, bem como os obstáculos oferecidos pelos próprios grupos de resistência à participação feminina, resultavam, em grande parte, em razão de eles constatarem que as mulheres – diferentemente do que se difundia na época – tinham sim capacidade para atuar politicamente e eram capazes de liderar e de gerenciar tanto quanto os homens. Assim, reprimi-las com mais veemência, por parte da ditadura, e afastá-las dos cargos mais importantes das organizações de esquerda, por parte dos militantes, eram formas de, veladamente, assegurar o predomínio e a posição de mando masculina.

Ao final desta pesquisa, portanto, observa-se que as representações recorrentes que circulavam sobre os militantes, por ocasião do regime militar, ainda permeiam a construção de sentidos hoje, cinquenta anos depois, nas notícias. São esses mesmos sentidos, portanto, que continuam alimentando o imaginário social e orientando nossa compreensão de mundo. Afinal, tendo em vista as considerações iniciais – do jornalismo como sistema simbólico – há de se considerar tanto que os sentidos que emergem nas notícias resultam da vivência dos jornalistas como atores sociais, que os projetam, ainda que inconscientemente nas narrativas que constroem, mas também que, uma vez projetados nas notícias, esses sentidos continuarão a existir e a determinar simbolicamente o que cada um de nós entende sobre a militância de esquerda durante a ditadura no Brasil.

Abreu (2000, p. 260) destaca que “o jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com as limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece”. É o horizonte do jornalismo, portanto, elementar na definição das representações que circulam entre nós e que recobrem o entendimento social sobre o que nos cerca.

O trecho da entrevista de Jorge Nahas é especialmente significativo, embora ele não se desdobre em um debate propriamente, porque evidencia um aspecto sobre o qual pouco se discute quando o assunto é a presença feminina em grupos de resistência, já que a ideia da dupla transgressão – como mencionado no início deste artigo – cometida pelas militantes é sempre imperativa com relação à possibilidade de as mulheres ocuparem novos espaços e desempenharem atividades diferentes daquelas que, tradicionalmente, foram construídas como “adequadas” a elas. Aliás, considerando que as reportagens analisadas foram produzidas no contexto da eleição da primeira mulher para a Presidência do país, seria bastante pertinente que as pautas jornalísticas trouxessem à tona questões relacionadas aos obstáculos enfrentados pelas mulheres integrantes de grupos de resistência por ocasião da ditadura, já que eles em muito se assemelham àqueles vividos hoje pelas mulheres que ocupam espaços de poder político, a exemplo da falta de apoio dos partidos.

Assim, prevalece nas notícias analisadas o reforço ao imaginário cristalizado, sem que haja um convite à reflexão, ao contraditório daquelas representações que determinam os papéis dos diferentes atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em Movimento. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CHILLÓN, Albert. La urdimbre mitopoética de la cultura mediática. *Análise 24*, Barcelona, 2000.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, UFPel, v. 10, dezembro de 2004.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia – depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1998.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Revista Interamericana de Psicologia*, v. 41, n. 2, 2007.
- _____. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. Mulher: brasileira e guerrilheira. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 4, 2000.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 15, agosto 2001.
- MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais – investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXV, n. 2, julho/dezembro 2002.
- _____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. São Paulo: Vozes, 2007.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2º sem. 1990.
- SILVA, Juremir Machado da. Tecnologias do imaginário: esboços para um conceito. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XII. *Anais...* 2003, Recife.
- SOIHET, Raquel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 84, maio de 2008.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

FONTES CONSULTADAS

- Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.bndigital.bn.br>.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo: Disponível em: <www.arquivoestado.sp.gov.br>.
- Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. Disponível em: <www.an.gov.br/mr>.

Estrutura de uma organização político-militar. Disponível em: <http://imagem.arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/naorestrito/62483_5389.pdf>. Acesso em 10 nov. 2013.

Recebido para publicação em 30/01/2014. Aceito para publicação em 17/03/2014.